

MATHEUS CASELLA DAL MOLIM

O BANCO NACIONAL DE PERFIS GENÉTICOS E O DIREITO INTERNACIONAL:

Uma análise comparativa de sua utilização prática, sua base legislativa e suas possibilidades futuras.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção de título de bacharel em Direito, na Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Aprovado em: 13 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Me. Thais Teixeira Rodrigues (Orientadora)

Prof. Dr. André Machado Maya

Profª. Me. Joseane Mariéle Schuck

RESUMO

DAL MOLIM, Matheus Casella. O Banco Nacional de Perfis Genéticos e o Direito Internacional: Uma análise comparativa de sua utilização prática, sua base legislativa e suas possibilidades futuras. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2022.

O presente trabalho presta-se a realizar uma análise do Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) sob o viés do Direito Internacional, observando e constatando, através do método dedutivo, qual a importância e a influência de bases de dados deste gênero na sociedade civil atual, bem como de que maneira elas são utilizadas no âmbito jurídico nacional e internacional, além de suas possibilidades dentro de outras áreas do direito. Ainda, observa-se como demais Estados fundamentam normativamente os seus próprios bancos genéticos e os aplicam em suas processualísticas forenses. Para isso, comprehende-se a forma como a genética influencia na identificação criminal, ao passo que o DNA está ligado às características mais intrínsecas de cada ser humano. Outrossim, o momento da realização da coleta de material genético e a sua consequente utilização na investigação criminal são objetos de estudo da presente monografia, tal como a repercussão da questão nacional no Supremo Tribunal Federal. Para além disso, realiza-se uma extensiva análise acerca de determinados países, tais como Reino Unido e Estados Unidos, que se mostram evoluídos a respeito da temática, utilizando a realidade destes como possível baliza para que o Brasil se desenvolva em torno da questão. A partir disso, compara-se os âmbitos nacional e internacional, verificando a forma como o corpo jurídico-brasileiro pode aprimorar e usufruir cada vez mais deste dispositivo dentro do Brasil. Por derradeiro, observa-se casos atuais em que o Banco Nacional de Perfis Genéticos foi imprescindível para a solução, restando clara a sua importância e consequente necessidade de aprimoramento, em prol de aumentar o seu âmbito de abrangência no país.

Palavras-chave: Banco Nacional de Perfis Genéticos; identificação criminal; base de dados genética; direito internacional; DNA.